

CONCILIANDO LIBERDADES INDIVIDUAIS E JUSTIÇA SOCIAL: explorando os limites do liberalismo para a emancipação humana*

Maria Geni Pereira Bilio¹
Adriana C. Omena dos Santos²
Rita de Cássia Dias Akegawa³

1. Introdução

O trabalho em tela versa sobre o processo de precarização do trabalho docente – tanto no aspecto econômico como no subjetivo – nas sociedades neoliberais. O neoliberalismo refere-se a uma concepção política e econômica situada doutrinariamente na ideia da desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e, em especial, financeira, além da reordenação do papel do Estado, que abandona o papel de promover o bem-estar social e assume um compromisso com a manutenção do mercado e da concorrência.

Ao longo do tempo, visualizamos a exploração do homem pelo homem, mediante o aproveitamento da força de trabalho humano, que é oportunizada em função da necessidade da sobrevivência. Esta condição advém do modo de produção desenvolvido pelo sistema capitalista, que se apresenta como uma das formas de opressão, conforme observado por Paulo Freire (2005); ele afirma que tal ação acaba por transformar o homem em coisa/objeto, em ser acrítico e não pensante de forma a desumanizá-lo.

Tendo em vista a dinâmica do mundo moderno, a vida em sociedade, em todos os setores, tem sido orientada pela lógica neoliberal, cuja ideologia busca ressignificar o papel do Estado em relação à economia. O objetivo é incentivar a total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social do país por meio da interligação crescente das economias das nações industrializadas mediante a reinvenção do comércio e das novas tecnologias (Harvey, 2005).

O trabalho tem por objetivo destacar o neoliberalismo como uma fase do capitalismo que procura combater todo e qualquer tipo de solidariedade, uma vez que a informalidade e os processos de uberização, ao passar a falsa ideia de que o trabalhador é “dono” do seu próprio negócio, aumenta não apenas a produtividade e os lucros do capital como a competitividade entre os indivíduos, fazendo com que as pessoas não deem a devida importância para a alfabetização científica.

* DOI - 10.29388/978-65-6070-028-4-0-f.83-97

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Mestra em Ensino pela Universidade de Cuiabá. Formada em Pedagogia e Professora da Rede Pública de Ensino Municipal de Várzea Grande-MT. E-mail: genibilioprofessora@gmail.com.

² Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq/Brasil. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado em Políticas Públicas na Ottawa University. Docente no Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: adiomena@gmail.com.

³ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Mestra em Educação (UFU). Professora de Gestão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) campus Ituiutaba-MG. E-mail: ritaakegawa@gmail.com.

A Alfabetização Científica vai além de simplesmente compreender conhecimentos do cotidiano; é ter a capacidade de sistematizar o pensamento de forma lógica e contribuir para a construção de um conhecimento crítico sobre o mundo ao nosso redor. Dessa forma, pode-se afirmar que a AC contribui para transformar os indivíduos em sujeitos críticos, capazes de analisar o mundo e intervir em diversos contextos (Souza e Sasseron, 2012).

Sabe-se que a sociedade moderna depende da ciência e tecnologia para sobressair uns em relação aos outros, no entanto, a busca pelo conhecimento é visível, porém, ainda apresenta dados relevantes sobre o número de pessoas que não atingem o perfil de cidadão alfabetizados cientificamente cujo a autora acima menciona que, não basta apenas fazer sua leitura de mundo, mas que seja capaz de compreender e intervir modificando assim o seu cotidiano.

Para abordar o conceito de alfabetização científica, é fundamental compreender que a capacidade de conhecer envolve a habilidade de articular os conceitos fundamentais no campo das ciências e compreender sua aplicação no dia a dia. Em outras palavras, significa operar com o conhecimento científico para interpretar o mundo ao nosso redor, compreender as tecnologias desenvolvidas e assim por diante. A alfabetização científica vai além de simplesmente dominar os conteúdos científicos; envolve compreender como esses conteúdos são produzidos e as implicações que têm na vida, tanto individual quanto coletiva (Sasseron e Carvalho, 2008).

Shen (1975) diz que a alfabetização científica "cultural" enfoca a apreciação e a compreensão da ciência como um aspecto importante da cultura humana. Ela busca desenvolver uma compreensão mais ampla do papel da ciência na história, na sociedade, nas artes e na filosofia, permitindo uma apreciação mais profunda do seu impacto e das suas implicações no mundo ao nosso redor.

Na visão histórico crítica temos alguns autores que ancoram o conceito acima, Freire (1996) afirma que a criticidade é a capacidade do indivíduo de refletir criticamente sobre a realidade em que está inserido, buscando conhecê-la, questioná-la e intervir para transformá-la, isto não seria possível sem a visão crítica que a educação emancipatória defende. Um dos principais teóricos da perspectiva histórico-crítica, Freire enfatiza a importância da educação crítica e libertadora, na qual os alunos não são apenas receptores passivos de conhecimento, mas são incentivados a questionar, refletir e agir sobre o mundo à sua volta.

Dermeval (2012) é conhecido por seu trabalho sobre a teoria histórico-crítica da educação, na qual ele analisa criticamente as relações entre educação e sociedade, defendendo uma educação que promova a emancipação dos indivíduos e a transformação social.

A categoria de "alfabetização científica" desempenha um papel crucial no desenvolvimento social, político e econômico de um país e influencia profundamente a vida na sociedade de várias maneiras: Desenvolvimento Econômico: Uma população alfabetizada cientificamente está melhor equipada para compreender e adotar inovações tecnológicas, o que impulsiona a produtividade e a competitividade econômica. Participação Política: A alfabetização científica capacita os cidadãos a entenderem questões complexas relacionadas à política pública, como mudanças climáticas, saúde, energia e meio ambiente. Desenvolvimento Social: A compreensão dos princípios científicos e

tecnológicos permite que os indivíduos avaliem criticamente as informações que recebem e tomem decisões informadas em suas vidas diárias. Inovação e Avanço Tecnológico: Uma população alfabetizada cientificamente é um motor para a inovação e o progresso tecnológico.

Nesta linha de pensamento, fica visível que para ser considerado um cidadão alfabetizado cientificamente se faz necessário que ele seja ativo, crítico e que contribua com a evolução do meio em que vive, sendo que para isso o processo de ensino e aprendizagem seja emancipatório que é o que a Alfabetização Científica busca por meio do Ensino de Ciência.

Sendo assim, cidadãos conscientes de seus direitos, deveres e, principalmente com conhecimento científico contribuirá com a não disseminação das *Fack News*, mas no que fere ao crescimento e importância da Ciência para a população, ao contrário do que ocorreu com a questão do uso das vacinas do Covid-19 no período da pandemia.

Anelli (2011) reforça a necessidade de se ensinar ciências considerando o contexto do mundo real, de um modo que os indivíduos utilizem esses conhecimentos para solucionar questões da vida cotidiana. Desta forma, as atividades que levam os alunos a explorarem questões científicas e avaliá-las, no contexto da coleta de dados com base em resultados experimentais, ajudam os alunos a melhorar suas habilidades de AC.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica cuja base teórica centra-se em autores como Dardot e Laval (2016), Abilio (2019, 2020), Saviani (2012), Mészáros (2008), Karl Marx (1843), Hannah Arendt (1989) e J. Habermas (1980). Para o levantamento do material utilizou-se de materiais/autores trabalhados na disciplina: Estado, Democracia e Educação do professor ministrada pelo professor Dr. Robson Luiz de França, ligado ao PPGED – curso de doutorado/UFU.

Este artigo propõe-se a investigar como os princípios fundamentais do liberalismo podem ser reconciliados com a busca por uma justiça social mais ampla e a emancipação humana. Ao explorar os limites do liberalismo, o texto irá analisar questões complexas, como a distribuição desigual de recursos, a discriminação sistêmica e as disparidades de poder, que muitas vezes são desafiadoras para a concepção tradicional de liberdade individual.

Além disso, buscará identificar e examinar abordagens alternativas dentro do próprio pensamento liberal, bem como perspectivas críticas externas, que oferecem insights sobre como conciliar liberdade e justiça social de forma mais eficaz. Ao fazê-lo, pretende-se contribuir para um diálogo enriquecedor sobre como promover a emancipação humana dentro dos limites e possibilidades do paradigma liberal.

A relevância deste tema é inegável em um mundo marcado por crescentes desigualdades, injustiças e demandas por mudanças sociais significativas. A escrita deste artigo oferece uma oportunidade única para aprofundar nossa compreensão das tensões e possibilidades inerentes ao liberalismo contemporâneo, bem como para explorar caminhos promissores em direção a uma sociedade mais justa, livre e inclusiva. Contribuirá também com a desalienação da sociedade criando nela condições de ter uma visão mais ampla sobre o que está sendo postos para eles.

Ideologicamente, a expressão "globalização" tem sido utilizada para explicar o processo de integração econômica que acontece em nível planetário sob a égide do neoliberalismo, que se caracteriza pelo predomínio dos interesses financeiros, pela

desregulamentação dos mercados, pelas privatizações das empresas estatais e pelo abandono do Estado de bem-estar social. Alguns críticos culpam a globalização pelo agravamento das diversas formas de exclusão social, resultando no aumento da pobreza e do desemprego, bem como na ocorrência de crises econômicas recorrentes que afetam negativamente milhares de poupadores e pequenos empreendimentos (Anderson, 1995).

Dardot e Laval (2016) explicam que na teoria neoliberal os seres humanos não nascem iguais, nem tendem à igualdade. Desta forma, o esforço no sentido de diminuir a desigualdade seria um ataque irracional à própria natureza teorias neoliberais. É como se Deus ou a natureza tivessem dotado algumas pessoas com talento e inteligência, diferentemente de outros. Nesta perspectiva, toda tentativa de justiça social seria inócua, uma vez que novas desigualdades ressurgiriam necessariamente. Nessa perspectiva, a desigualdade é vista como um incentivo que permite que os indivíduos mais "talentosos" se destaquem e progridam socialmente, contribuindo assim para o "progresso" geral da sociedade, conforme preconizado pelos princípios neoliberais.

Diante do exposto, a sociedade neoliberal se apresenta como sendo o cenário da competição e da concorrência acirradas. Desta forma, ao aceitarmos a existência de “vencedores”, devemos também aceitar que haverá com certeza “perdedores”. Neste sentido, a sociedade evidencia em todas as instâncias a luta dos indivíduos pela sobrevivência. Tomando por base o darwinismo, que garante a sobrevivência do mais apto, compreendemos que apenas os fortes conseguem sobreviver, de forma que aos fracos resta conformarem-se com a exclusão na perspectiva de um processo “natural”. Na verdade, por trás das tramas que envolvem a política neoliberal, o objetivo maior consiste em livrar o capital dos ônus com a força de trabalho e, conseqüentemente, aumentar o faturamento do capital.

O neoliberalismo nega sua responsabilidade no que diz respeito aos problemas sociais. Nessa direção, o empreendedorismo apresenta-se como uma suposta solução para o problema do desemprego, segundo Uchôa-de-Oliveira (2020). Portanto, ele passa a ser imprescindível no sentido de que os próprios cidadãos se auto-organizem para diagnosticar os problemas experienciados de forma mais intensa, e encontrem, cada um ao seu modo, os recursos oportunos para solucioná-los. Desta forma, os riscos que perpassam o seu trabalho, assim como o compasso e o alcance da jornada, são uma preocupação puramente do trabalhador.

2. O surgimento da política neoliberal

Ao discorrer acerca da temática, Yamin, Guedes e Cardeiro (2021, p. 223) destacam que “historicamente, as políticas de proteção social ampliam-se a partir da II Guerra Mundial como meio de assegurar a todos os trabalhadores seus direitos, reconhecendo os riscos sociais do trabalho”. No tempo atual, o processo de transformação dos sistemas de proteção social é marcado pela redução ou reestruturação, como forma de contraposição aos regimes de bem-estar social.

Embora no Brasil os direitos sociais façam parte do rol de condição para o exercício da cidadania, conforme explicita José Murilo de Carvalho (2009), é possível visualizar que, ao longo do tempo, tais direitos vêm sendo solapados pela égide da política neoliberal,

de forma a alterar a política econômica, a legislação trabalhista e, conseqüentemente, o mundo do trabalho.

Em um contexto histórico, o nascimento teórico do neoliberalismo é tratado por Friedrich Hayek (1944), quando critica a intervenção estatal na economia, mediante desenvolvimento de uma política centralizada doutrinariamente na ideia da desregulamentação dos mercados, abertura comercial e, de maneira especial, financeira, além da redução do tamanho e do papel do Estado.

Ao reforçar que a crise mundial que aconteceu no período entre 1929 e 1932, e o seu desdobramento nos anos seguintes, foram marcados pela diminuição da crença no mercado, gerada pela peculiaridade sócio-histórica relativa à presença do Socialismo Real da União Soviética mesmo diante de suas limitações, e pelo movimento operário, que diante das pressões políticas realizadas sobre o Estado extraiu-lhe uma gama de dispositivos e regulamentações que se materializaram em vitórias relevantes para a economia política do trabalho sobre a economia política do capital (Anderson, 1995).

É chamada a atenção para o fato de que os defensores do neoliberalismo desafiaram a harmonia do período desenvolvimentista apoiando-se na ótica de que a desigualdade consistia em um valor positivo e indispensável, que estava sendo contaminado por meio da edificação de sociedades dos iguais. Ora, uma vez que naquele contexto o neoliberalismo se apresentava como um opositor com precária influência política, no tempo atual essas ideias se transformaram em predominantes, de maneira a formar um senso comum fortemente conservador que converteu questões como a pobreza, o desemprego e a destruição do meio ambiente como acidentes inevitáveis da natureza (Borón, 2001).

Mandel (1985, p. 338) destaca que o alargamento da legislação social nessa época referiu-se, em dado sentido, a “concessões à crescente luta de classe do operariado, destinando-se a salvaguardar a dominação do capital de ataques mais radicais por parte dos trabalhadores”, ao mesmo tempo em que calharam com os “interesses gerais da reprodução ampliada do modo de produção capitalista”.

A percepção de Hayek (1944) era de que o novo igualitarismo proporcionado pelo Estado de bem-estar aniquilava a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, condição essencial para a prosperidade de todos. Contrapondo o consenso oficial daquele tempo histórico, defendia a ideia de que a desigualdade consiste em um valor positivo, na realidade imprescindível em si, pois disso precisavam as sociedades ocidentais.

Curiosamente, a primeira experiência de aplicação prática das ideias neoliberais se deu sob um regime totalitário, no governo do General Augusto Pinochet, que chegou ao poder no Chile em 1973 por meio de um golpe de Estado apoiado pelos Estados Unidos. O receituário econômico neoliberal aplicado por um governo totalitário contrariava os argumentos dos próprios elaboradores do pensamento neoliberal, que criticavam a intervenção estatal e a comparavam com um autoritarismo; além disso, afirmavam que a intervenção estatal na economia e na vida social caminharia fatalmente para a extinção das liberdades individuais (Hayek, 1944). Posteriormente, Hayek se pronunciou afirmando que, se tivesse que escolher entre a liberdade econômica e a liberdade política, não hesitaria em sacrificar a segunda para garantir a primeira (ele disse também que preferia uma ditadura com liberdade econômica a uma democracia com forte presença do Estado).

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, as ideias neoliberais já eram hegemônicas nos círculos capitalistas. A chegada ao poder pelas vias democráticas de Margaret Thatcher no Reino Unido, em 1979, e Ronald Reagan nos Estados Unidos, em 1980, simbolizaram a virada nas ideias dominantes no capitalismo. Os principais organismos econômicos internacionais, como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) também aderiram ao neoliberalismo (Hayek, 1944). A partir de então, passaram a exigir como pré-requisito para concessão de empréstimos, ou mesmo para ser avaliado como um país que apresentava um cenário político e econômico atraente ao capital, que fosse aplicado o receituário econômico neoliberal; entre as medidas estavam:

- a) Disciplina fiscal, em que o Estado deveria cortar gastos e eliminar ou diminuir as suas dívidas, reduzindo custos e funcionários.
- b) Reforma fiscal e tributária, em que o governo deveria reformular seus sistemas de arrecadação de impostos a fim de que as empresas pagassem menos tributos.
- c) Privatização de empresas estatais, tanto em áreas comerciais quanto nas áreas de infraestrutura, para garantir o predomínio da iniciativa privada em todos os setores.
- d) Abertura comercial e econômica dos países, diminuindo o protecionismo e proporcionando uma maior abertura das economias para o investimento estrangeiro.
- e) Desregulamentação progressiva do controle econômico e das leis trabalhistas.

Por meio dessa “imposição”, as políticas neoliberais passaram a ser adotadas em diversos países, especialmente nos subdesenvolvidos, que precisavam recorrer a empréstimos e demandavam investimentos. Segundo seus defensores, elas resultariam no reestabelecimento e no desenvolvimento econômico e social desses países a partir da iniciativa privada. Porém, logo evidenciou-se que o beneficiado direto dessas medidas era o grande capital que, em regra, está localizado no centro do capitalismo (Dardot; Laval, 2016).

A ascensão da política neoliberal se dá nos anos 1980, após a crise do modelo keynesiano e do Estado de bem-estar social. Desde então, vem provocando mudanças significativas em diversos setores da vida em sociedade, com ênfase no mundo do trabalho, com consequências como a precarização do trabalho, pois “o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (Dardot; Laval, 2016, p. 15).

As políticas de bem-estar social e os gastos públicos com social significam altos impostos, da mesma forma que as regulações do trabalho e os direitos trabalhistas aumentam o valor da mão de obra. Por esta razão, o neoliberalismo combate os gastos sociais do Estado e os direitos e regulações trabalhistas, para, então, diminuir os impostos e o custo da mão de obra, aumentando os lucros das empresas (Anderson, 1995).

Podemos constatar que a compreensão quanto ao conceito de igualdade é refutada ou, quando utilizada, passa por significativa modificação no que diz respeito ao seu entendimento. O liberalismo clássico idealiza a liberdade e a igualdade, do ponto de vista jurídico, na perspectiva de valores basilares da sociedade burguesa; contudo, para o neoliberalismo, a igualdade não se apresenta como um valor. Pelo contrário, a ênfase é direcionada ao caráter desigual dos seres humanos (Hayek, 1944).

O alicerce das alegações de Borón (2001) consiste na confiança na sociedade de mercado, visualizando-o como um universo, uma espécie de “rede social que evoluiu de forma espontânea sem que ninguém fosse responsável por sua criação” (Borón, 2001, p. 263). Para o autor, a sociedade capitalista é isenta de qualquer crítica em relação à justiça social e, como consequência, “fica isenta de culpa e cargo” (Borón, 2001, p. 263). A estratégia consiste em extinguir a expectativa redistributiva extraída do liberalismo pelas contradições instituídas pela luta de classes.

A gênese teórica do neoliberalismo tem início nos anos de 1940 e tornou-se preponderante em termos de implementação nas últimas décadas do século passado (Harvey, 2005). O autor faz uma relação da interferência do neoliberalismo no processo de transformação da sociedade:

O neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente as sociedades. Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida.

Dardot e Laval (2009), apresentam quatro peculiaridades fundamentais da razão neoliberal. A inicial diz respeito ao fato de que o neoliberalismo não visualiza o mercado como um dado natural. Ou seja, o neoliberalismo distingue-se espontaneamente como projeto construtivista. Em segundo lugar, no liberalismo, o cerne da ordem do mercado não é visualizado como habitando nas trocas, e sim na concorrência entre integrações empresariais, seguida pelas demais (Dardot; Laval, 2016).

Depois, o próprio Estado é reprimido em sua prática à regra da concorrência do mercado globalizado, sendo emoldurado pelas regras de direito privado. O Estado visualiza a si mesmo na perspectiva de uma empresa, tanto nas dimensões relativas ao seu funcionamento interior como em sua lida com os demais Estados concorrentes. Desta forma, o Estado é ao, mesmo tempo, responsável por arquitetar o mercado e por se construir de acordo com suas regras. Na visão dos autores, não se trata, deste modo, de Estado mínimo, conforme afiança o discurso ideológico, mas de um Estado arrojado, que pode se desenvolver e mesmo se tornar mais oneroso. Esse Estado muitas vezes foi construído por governos de esquerda que, crendo contestar o neoliberalismo ao “modernizar” a burocracia, acabavam por desempenhar as reformas que solidificavam sua racionalidade (Andrade; Ota, 2015, Mudge, 2008).

Por fim, Dardot e Laval (2009) afiançam que a universalização da regra neoliberal apreende da mesma forma as pessoas na relação que eles constituem consigo mesmas. O Estado, ao disseminar circunstâncias de concorrência, incita indiretamente as pessoas a se dirigirem como empreendedores de si mesmos. A empresa é elevada ao padrão de subjetivação, sendo cada pessoa um capital a ser regulado e aquilatado de acordo com as demandas do mercado.

O neoliberalismo, ao tornar ainda mais escassos os recursos materiais que chegam até a classe trabalhadora, com a redução dos gastos sociais do Estado e com a destruição dos direitos e garantias vinculados ao trabalho formal, e conseqüentemente a redução dos salários, acabam por obrigar os trabalhadores a disputar esses poucos recursos. Dessa forma, se estabelece a concorrência entre os trabalhadores, sendo que para garantir o

seu emprego, cada um precisa se submeter a condições de trabalho cada vez mais precárias, jornadas de trabalho cada vez mais extensas por salários cada vez menores.

O neoliberalismo impõe à classe trabalhadora um contexto material, social e econômico em que a “única” possibilidade de melhorar de vida que lhes é apresentada é conceber-se como uma empresa que precisa ser eficiente e produtiva a fim de vencer a concorrência entre seus iguais. Todo esse processo destrói o senso de coletividade e promove o individualismo entre os trabalhadores; dessa forma, busca-se inviabilizar a organização da classe e isso possibilita que o capital imponha níveis de exploração cada vez maiores sem encontrar resistência (Dardot; Laval, 2016).

3. Estado, educação e emancipação humana

O conceito de cidadania como o conhecemos nasce no berço do Estado político, e como nos mostra Marx (1843), ela assume diferentes significados e sujeitos ao longo da história. Para Tonet (2005, p. 4), a noção de cidadania pressupõe uma visão positiva do Estado político, na maioria das vezes entendido como forma de ordenamento e refreamento da “natureza humana”, egoísta e destrutiva. Logo, o cidadão é o indivíduo privado que se vê representado no Estado, do qual é súdito. Ser cidadão é participar de uma comunidade politicamente organizada, que tem como fiador o Estado, no interior do qual o indivíduo passa a ter direitos e deveres. Esta cisão insuperável entre indivíduo privado e público é o que confere o sentido da cidadania na democracia. Para o autor, no senso comum, uma educação voltada para a formação de cidadãos pressupõe a formação de pessoas conscientes e plenamente livres, valores esses inclusos no conceito de cidadão (Tonet, 2005).

Mas é realmente assim? A cidadania por si mesma é garantia de uma mulher ou homem livre? Existem possibilidades reais da concretização de tais objetivos ao se adotar a estratégia de uma Educação para a Cidadania?

As ideias sobre Estado e Sociedade Civil podem ser diferentes dependendo do autor que as apresenta. Neste artigo, focaremos na perspectiva desenvolvida por Antônio Gramsci, junto com as contribuições de outros estudiosos como Ivo Tonet, além de autores influenciados por suas ideias, como Dagnino (2004) e Coutinho (1979). Eles analisam os movimentos políticos que ocorrem entre a Sociedade Civil e o Estado. Esta é uma teoria que nos permite apreender a realidade com maior detalhamento por aprofundar a compreensão do conceito de Estado, ampliando-o para uma compreensão de que existe um equilíbrio dialético entre “sociedade política” e “sociedade civil” que compõe a organização do “Estado ampliado” pensado por Gramsci.

O autor eleva a importância da sociedade política a qual denominou “conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’” (Gramsci, 1981, p. 347), ou seja, o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os meios de comunicação etc. Defende que tal “Estado ampliado” pode servir para manter ou transformar as relações sociais de acordo com os interesses da classe hegemônica.

É com esta concepção de Estado e Sociedade Civil que começaremos a discutir o papel da Educação para a Cidadania. Porém, antes é necessário que expliquemos quais possibilidades, na atual organização política do Estado, a Sociedade Civil tem para disputa da hegemonia.

Evelina Dagnino atualiza essa concepção e analisa as relações entre a sociedade política e a civil dentro do Estado, tomando como análise a redemocratização do Estado na década 1990 e as ressignificações, causadas pelo projeto neoliberal, de alguns conceitos-chave do projeto social-democrático disputado pelos movimentos sociais após a queda do Regime Militar.

Esse projeto democratizante e participativo foi empreendido por aquilo que, naquela época, se chamava sociedade civil (movimentos sociais populares, movimentos sociais urbanos, de mulheres, dos negros, de homossexuais, de direitos humanos etc.), uma categoria que se diluiu ao longo dos anos. (Dagnino, 2004, p. 1).

Esta convergência entre os autores só se faz possível por terem referências no materialismo-histórico, portanto, partem da mesma compreensão de estrutura do Estado e de uma apreensão dialética da realidade. Para Dagnino, na década de 1990 acontecem dois movimentos de importância para a atual conjuntura do Estado. No contexto da redemocratização do Brasil, acompanhada e influenciada fortemente pela sociedade civil, tomada pelo valor universal da democracia (Coutinho, 1979) e que tem seu marco formal na Constituição de 1988, leva para a organização do Estado um projeto participativo de gestão do poder público, uma democracia participativa.

Sobre a compreensão da esquerda democrática sobre a cidadania, o autor aponta que ela entende que, por haver uma contradição entre capital, cidadania e democracia, estas só podem realizar-se em sua plenitude com a superação do capital e que, portanto, a cidadania seria um caminho necessário para essa superação. Adeptos deste ponto de vista acreditam que “com a instauração de uma sociedade democrático-cidadã estarão lançados os fundamentos de uma forma de sociabilidade indefinidamente aperfeiçoável, ainda que sejam necessárias mudanças profundas no seu interior” (Tonet, 2005, p. 52). Aqui novamente encontramos a questão da disputa de significados através do discurso; mas apesar das diferenças ideológicas e da disputa entre as duas vertentes, ambas defendem a cidadania como um caminho para a Emancipação Humana.

Para Tonet (2005), o verdadeiro significado de cidadania não se refere tão somente à dimensão da emancipação política, mas pode ser caminho para a emancipação humana total. Porém, assim como Marx (1843), Tonet (2005) tem a crítica ao Estado como central na reflexão em torno desta discussão, e não a própria cidadania. Cabe acrescentar, neste contexto, que:

Os limites da emancipação política surgem imediatamente no facto de o Estado se poder libertar de um constrangimento, sem que o homem se encontre realmente liberto; de o Estado conseguir ser um Estado livre, sem que o homem seja um homem livre. (Marx, 1843, p. 12).

A crítica marxiana da cidadania observa, através de uma análise histórica, que tal conceito é solidificado e, portanto, é inseparável não apenas em termos cronológicos, mas em termos ontológicos, da solidificação da sociabilidade capitalista, atribuindo, assim, seu caráter negativa. Para Marx (1843), a política é uma dimensão negativa da atividade do homem social, que não é parte imprescindível do ser social, sendo apenas uma expressão

da alienação de uma força social apropriada por interesses particulares contra os interesses da maioria privados.

Assim, sendo a cidadania plena a emancipação da mulher e do homem político e a política uma expressão da cisão do ser social, jamais poderia se supor uma ruptura com a sociedade de classes que “[...] tem como seu ato ontológico-primário a compra-venda de força de trabalho” (Tonet, 2005, p. 59).

O que de fato é importante para o objetivo deste artigo é compreender estas diferentes disputas em torno da cidadania dentro do campo educacional, além de reforçar uma crítica dialética do conceito e sua trajetória histórica, tendo como horizonte educar para a Emancipação Humana.

O ato de educar tem por premissa socializar os conhecimentos desenvolvidos pela humanidade no decorrer de sua história, de modo que a humanidade constrói a cada dia um patrimônio cultural. A partir do seu domínio somos capazes de nos desenvolver. Nesta perspectiva Tonet (2005 p.143-4) nos apresenta a seguinte reflexão:

[...] quanto mais rico o indivíduo, mais rico o gênero e os outros indivíduos e vice-versa. Além do mais, esta apropriação é muito importante como arma de luta ideológica. Isso não se pode dizer da perspectiva do capital. É de sua natureza não apenas limitar o acesso quanto ao número de pessoas, mas também quanto à qualidade do conteúdo, tendo sempre em vista que o objetivo último não é a realização plena de todos os indivíduos e, pois, do gênero humano, mas a sua própria reprodução.

Como apresentado acima, o capital tem como objetivo último sua própria reprodução e imposição de sua lógica interna. Essa natureza de concentração limita e seleciona quem poderá acessar determinados conteúdos e sua qualidade. A realização plena do gênero humano perde lugar para o interesse de classes. Neste contexto, de sociedade de classes, a educação é determinada pelos interesses da classe dominante; sua estrutura se configura de forma a impedir qualquer ruptura com a ordem social estabelecida, fator que justifica o caráter conservador da educação. A luta por sobrevivência é substituída pela luta por direitos.

Segundo Tonet (2005 p. 153), “educar para a cidadania seria o mesmo que formar pessoas como autênticos sujeitos da história e, deste modo, como indivíduos cada vez mais livres”. No entanto, essa emancipação política se mostra cada vez mais limitada, parcial e alienada, já que está indissociavelmente ligada a lógica capitalista.

Na atualidade é muito comum nos depararmos com o discurso da articulação entre educação e cidadania entre os educadores, partindo da compreensão amplamente divulgada de cidadania como algo equivalente à luta por um mundo mais livre e justo. No entanto, como destacado a cima, a liberdade presente na cidadania é aquela possível sob a regência do capital, ser cidadão não nos faz seres livres e conscientes, mas sim indivíduos adequados aos direitos e deveres existentes na atual sociedade do capital. Para Marx (1843), a cidadania é parte do campo da política, e a política, em essência, uma forma de opressão. Ser cidadão é ser membro de uma comunidade jurídica e politicamente organizada pelo Estado.

Na atual estrutura social em que vivemos, pensar uma emancipação humana é repensar nosso papel o papel da educação. Educar para a liberdade é se comprometer com um ensino de qualidade, com o conhecimento e com o autoaprimoramento, visando possibilitar o aprimoramento coletivo.

Mészáros (2008) chama a atenção para o papel central da educação no que diz respeito ao controle consciente dos processos sociais, que ele chama de sustentabilidade da reprodução do metabolismo social. Seu foco, entretanto, se dá apenas na educação em sentido amplo, não propondo, deste modo, nenhuma linha de intervenção para a educação formal escolar. No intuito de discutir sobre o sentido do papel que a educação escolar formal deve tomar, trazemos para esta discussão as ideias de Demerval Saviani sobre a natureza e a especificidade da educação.

Saviani (2012, p. 11) nos mostra que a compreensão da natureza da educação é perpassada pelo processo de produção da existência humana, visto que a educação é um fenômeno que é próprio dos seres humanos; deste modo, a compreensão da natureza da educação está relacionada à compreensão da própria natureza humana. Sabemos que, diferentemente dos outros seres vivos, que se adaptam à realidade natural para garantir a existência, nós humanos adaptamos a natureza a nós mesmos, de modo que necessitamos produzir continuamente a nossa existência. Esse processo de transformar/adaptar a natureza a si é chamado de trabalho; portanto, o que diferencia o homem dos demais animais é o trabalho.

Saviani (2012, p. 11-12) define como *trabalho material* o processo implicado pela humanidade para “a garantia da sua subsistência material com a sua conseqüente produção, em escalas cada vez mais amplas e complexas, de bens materiais”. O autor observa que, para produzir materialmente, o homem necessita representar mentalmente os objetivos reais, antecipando em ideias os objetivos da ação. Essa representação inclui aspectos de conhecimento das variadas propriedades do mundo real, ou seja, da *ciência*, de formas de valorização (*ética*) e de simbolização (*arte*) – que o autor denomina de *trabalho não-material* outra categoria de produção.

O trabalho não-material também perpassa pela produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes e habilidades; está relacionado com a produção do saber (conhecimentos), sejam relacionados à natureza ou ao conjunto da produção humana, ou seja, a cultura. É nesta segunda categoria, do trabalho não-material, que se situa a educação.

Apoiando sua argumentação em Marx (1978), Saviani (2012) distingue, na produção não-material, duas modalidades, a saber:

[...] a primeira refere-se àquelas atividades em que o produto se separa do produtor como no caso dos livros e dos objetos artísticos. Há, pois nesse caso um intervalo entre a produção e o consumo, possibilitado pela autonomia entre o produto e o ato de produção. A segunda diz respeito às atividades em que o produto não se separa do ato de produção. Nesse caso, não ocorre o intervalo antes observado; o ato de produção e o ato de consumo se imbricam. É nessa segunda modalidade do trabalho não-material que se situa a educação (Saviani, 2012, p. 12).

Portanto, a educação é entendida como um trabalho não-material, em que o produto não se separa do ato de produção, sendo sua especificidade a transmissão dos conhecimentos sistematizados pela humanidade ao longo dos tempos.

A escola é entendida como uma instituição cujo papel principal consiste na socialização desse saber sistematizado acumulado ao longo da História. Neste sentido, a escola refere-se ao conhecimento elaborado (ciência), que difere do conhecimento espontâneo. De acordo com Saviani (2012), é a exigência de apropriação do conhecimento sistematizado por parte das novas gerações que torna necessária a existência da escola. Entretanto, para que a escola cumpra com o seu papel com eficácia são necessárias condições adequadas para a transmissão e a assimilação do chamado “saber-escolar”.

O saber-escolar está relacionado com os conhecimentos prévios (senso comum) e com o conhecimento científico que se construirá no caminhar da formação de cada pessoa que, para ser uma educação emancipadora/libertadora, dependerá da formação dos professores. Percebemos que há poucas experiências em sala de aula em comparação com o número de alunos matriculados anualmente. Isso nos leva a compreender que a falta desse tipo de educação está ligada à deterioração das formações acadêmicas e à desvalorização do trabalho dos professores.

De acordo com Saviani (2012, p. 20), é através da mediação da escola que se dá a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, ou da cultura popular à cultura erudita. Para este autor, trata-se de um *movimento dialético*, pois “a ação escolar permite que se acrescente novas determinações que enriquecem as anteriores e estas, portanto, de forma alguma são excluídas”. Ele ressalta que o acesso à cultura erudita gera a possibilidade da apropriação de novas formas através das quais é possível expressar os próprios conteúdos presentes no saber popular.

Na obra em que discute a Educação para além do Capital, Mészáros (2008) limita suas críticas a apontar a necessidade de superação do sistema capitalista como condição *sine qua non* para a emancipação plena do ser social, sendo que se desenvolveria um novo homem, fruto de uma nova educação. Neste sentido, para o autor, a escola que existiu e existe no interior do sistema capitalista é a que, enquanto instituição, reproduz as relações sociais de tipo capitalista; ou seja, uma escola dedicada de forma pragmática à tarefa que lhe foi atribuída desde seu período de expansão para as massas.

O sistema que opera na ordem capitalista utiliza-se da educação de maneira coercitiva e formal, apenas para enquadrar os dominados à lógica do sistema e impor padrões morais “adequados” a ele. Este processo Mészáros (2008) chama de internalização, e é exatamente contra isso que deve se dar a luta para a educação emancipadora, reivindicando uma consciência que esteja desvinculada da ideologia dominante. Assim, a educação não reproduzirá nem passividade, nem consenso, nem subserviência, mas crítica, consciência e conflito, que são fundamentais para o processo revolucionário. Nesta mesma direção, o resgate da compreensão acerca da natureza e da especificidade da educação se faz importante no intuito de resgatar o sentido desse processo indispensável para a formação de novos seres sociais, contribuindo para a construção de uma escola crítica e libertadora que caminhe para além do capital (Mészáros, 2008).

No Brasil, o panorama produtivo evidencia as variações derivadas da força do capital investida contra a classe trabalhadora. Trata-se do cenário contemporâneo da precarização do trabalho, ação sem limites na busca por transformar em mercadoria tudo o

que esteja ao seu alcance e, para tanto, altera toda a estrutura relativa à economia e também a legislação voltada para os direitos do trabalhador e o mundo do trabalho.

Desta forma, o trabalho na perspectiva da flexibilização aumenta a contradição do sistema capitalista, uma vez que, ao mesmo tempo em que levanta a acumulação do capital, permite a existência de problemas sociais de diversas ordens, uma vez que admite a precarização do trabalho (Antunes, 2018).

Necessário se faz asseverar que somente o trabalho possui capacidade para instituir valor na sociedade capitalista. Nesta direção, as políticas neoliberais tentam a todo instante ampliar de forma escandalosa a extração de mais-valia, seja pelo acréscimo da produtividade do trabalhador, em que ele é incitado a fazer com que o trabalho renda mais pelo mesmo custo da mão de obra, seja pela exploração direta de espaços cujas ações eram desenvolvidas pelo Estado.

As desigualdades sociais, econômicas, culturais e “simbólicas” apresentam-se como condições intrínsecas às relações sociais de produção e são evidenciadas na composição da superpopulação concernente aos trabalhadores “desnecessários”, além da vazão da mais-valia sobre a parte da força de trabalho empregada. Tal situação apresenta como resultado uma “espécie de competição entre os que trabalham, ainda que imersos na precarização, e aqueles não que não conseguem vender sua força de trabalho em razão de desemprego” (Pinheiro; Souza; Guimarães, 2018, p. 57).

Diante das discussões apresentadas, é possível perceber que as desigualdades sociais, econômicas, culturais e simbólicas são inerentes às relações de produção da sociedade. Essas disparidades se manifestam na existência de trabalhadores em excesso – valorizando a lei da oferta e da procura, bem como na exploração da mais-valia sobre aqueles que estão empregados.

4. Considerações Finais

O trabalho buscou tratar do processo de precarização do trabalho conforme a política neoliberal, tanto no aspecto econômico como subjetivo. Buscamos responder se é possível conciliar a defesa teórica das liberdades individuais com a realidade das relações políticas e sociais, bem como se é possível uma ordem social realmente justa dentro do liberalismo.

Foi possível constatar que ao longo do tempo, mediante o avanço da tecnologia da informação, as relações passaram por transformações e as relações de trabalho não ficaram imunes a este processo. Elas acompanharam as mudanças do mundo e, no século XXI, em um contexto em que o mundo do trabalho desempenha um papel crucial na sociedade, torna-se evidente que a educação não está isenta desse processo.

Todas as questões relativas ao processo de informalização e a precarização do trabalho que assolam também o contexto educativo e o trabalho docente advêm da política neoliberal, que se refere a um processo de integração econômica marcado pela preponderância dos interesses financeiros, que se materializam na desregulamentação dos mercados, crescentes privatizações das empresas estatais, e pela total renúncia do Estado de bem-estar social.

A desigualdade consiste no estimulante que faz com que as pessoas mais “aptas” possam ascender, “auxiliando”, dessa maneira, o “progresso” da sociedade. Nesta direção, a sociedade apresenta-se como um cenário da competição e de concorrência.

Este trabalho buscou evidenciar que o fenômeno de precarização do trabalho vem se dando desde a virada neoliberal nos anos 1970. Dessa vez utilizou-se, por um lado, de mecanismos digitais para burlar as regulações trabalhistas que ainda resistem, e, de outro, da racionalidade neoliberal, que permite que o capital imponha suas vontades como valor social e norma de conduta, sem que haja resistência. A finalidade de tudo isso é, tal qual a do capitalismo moderno, intensificar a exploração do trabalho, reduzir custos com força de trabalho e fazer, assim, com que o grande capital aumente cada vez mais suas taxas de lucro.

Tal perspectiva, percebe-se que a desigualdade consiste no estimulante que faz com que os mais talentosos ascendam e se destaquem “ajudando”, dessa forma, o progresso geral da sociedade, como podemos visualizar no cenário apresentado na precarização do trabalho o que fica evidente em todo o processo de construção desta pesquisa.

Esperamos que este trabalho possa contribuir com novos olhares sobre o que está posto no seio da sociedade na relação trabalho versus capital.

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANDRADE, D. P.; OTA, N. K. Uma alternativa ao neoliberalismo: Entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval. **Tempo Social**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 275-316, 2015. <https://doi.org/10.1590/0103-207020150115>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/103367>. Acesso em: 1 nov. 2023.

ANELLI, C. Scientific Literacy: What Is It, Are We Teaching It, and Does It Matter?. **American Entomologist**, [s. l.], v. 57, n. 4, p. 235-243, 2011.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORÓN, A. **A coruja de Minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. *In*: SILVEIRA, Ênio *et al.* **Encontros com a Civilização Brasileira**. v. 9. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

DAGNINO, Evelina. **Para retomar a invenção democrática: Qual cidadania, qual participação?** (texto produzido a partir da palestra da autora) Recife: Fórum Social Nordeste, 2004.

- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GRAMSCI, A. **A Concepção Dialética da História**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.
- HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1944.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. **A Questão Judaica (1843)**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: 70, 1993.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MUDGE, S. What is neo-liberalism? **Socio-economic Review**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 703-731, 2008.
- PINHEIRO, Sílvia Silva Martins, SOUZA, Marcia de Paula; GUIMARÃES, Caroline Claudine. Uberização: a precarização do trabalho do capitalismo contemporâneo. **Revista Serviço Social em Debate**, [s. l.], v. 1, n. 2, 2018, p. 53-68.
- SASSERON, L. H.; CARVALHO, A. M. P. de. Almejando a alfabetização científica no ensino fundamental: a proposição e a procura de indicadores do processo. **Investigações em Ensino de Ciências**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 333-352, 2008. Disponível em: <https://www.if.ufrgs.br/cref/ojs/index.php/ienci/article/view/445/263>. Acesso em: 2 jun. 2023.
- SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. rev. 1. reimpr. Campinas: Autores Associados, 2012. (Coleção educação contemporânea).
- SHEN, B. S. P. Science Literacy. **American Scientist**, [s. l.], v. 63, p. 265-268, may.-jun 1975.
- TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijui, 2005.
- UCHÔA-DE-OLIVEIRA, Flávia Manuela. Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 22, n. 45, p. 1-8, jun. 2020.
- YAMIN, Estêvão; GUEDES, Juliana Carvalho; CARDEIRO, Luisa Fernandes. Reflexos da informalidade na (des)proteção social dos trabalhadores. **Revista Direitos, trabalho e política social**, Cuiabá, v. 7, n. 13, p. 222-240, jul./dez., 2021.